## PIAUÍ PARA O BEM VIVER

O PSOL Piauí vem construindo um programa de governo ao longo dos pleitos eleitorais, que coloca como horizonte a construção do Piauí para o *Bem Viver*.

A perspectiva consolidada no nosso programa é a da participação social como fator de construção de um Piauí onde tenha cabimento o sonho de respeito às vidas, em defesa de um Estado participativo, que respeita nossa diversidade cultural, econômica e modos de vida.

Seguindo as estruturas colonialistas e coronelistas, o Piauí caracteriza-se por ser um estado onde predomina a monocultura agrícola, seguindo a ordem capitalista atual sendo nosso maior produto de exportação do estado a soja (64% das exportações em 2012 e 85% em 2018), seguidas pelas ceras vegetais, mas o que a produção da soja representa para a vida das pessoas que vivem no Piauí? O que significa os governos do Piauí, com destaque histórico, inevitável, os governos do PT, priorizarem a política do agronegócio, em detrimento das comunidades atingidas diretamente pela destruição dos modos de vida e do meio ambiente? O que revela essa opção predatória de sentidos e de vidas.

A nova tragédia que se enuncia, aliás, já em expansão nesse modelo de capitalismo predatório, são as atividades de mineração e criação de grandes parques de geração de energia elétrica.

Está dado que essas atividades mantêm uma relação preda(dor)a em face dos ecossistemas, comprometendo gravemente a sobrevivência das comunidades. Isso tanto porque se tratam de grandes empresas multinacionais, portanto indiferentes às vidas eliminadas com tais atividades, quanto, fundamentalmente, porque a espoliação é método e fator de desconsideração das vidas o Estado tem o dever constitucional de proteger, nos termos do artigo 225 da CF/1988.

Para os coronéis políticos ligados à burguesia latifundiária, só interessa o lucro. Para atender a esses setores, o governo do Piauí não diversifica a economia, nem prioriza políticas de redistribuição do produto do trabalho. Nessa linha, os municípios, cuja economia foi construída para depender do agronegócio e da mineração, tendem a criar poucos postos de emprego e trabalho, mantendo relações de submissão coronelista: parlamentares eleitos nessa lógica, sequer precisam visitar esses municípios, bastando destinar verbas aos prefeitos, em geral manejadas e aplicadas por esses de modo não transparente, quando não irregular, eternizando um modo de fazer política eleitoreira , ignorando a perspectiva da produção local pela população local para o consumo local, ferindo a democracia real e participativa.

Além do mais, o governo do PT continua apostando na cooptação política dos movimentos sociais, numa tentativa de apresentar soluções individuais para problemas sociais.

Na segurança pública o foco é a repressão ostensiva, resultando na violência estrutural, cujos alvos são jovens negros e negras abandonadas nas periferias, onde o único principal braço do Estado que lá chega é o armado, criminalizando e eliminando as juventudes empobrecidas, sobretudo a população negra.

No que se refere à educação, o abandono institucional da UESPI, seja na capital e demais cidades, junto com o fechamento de escolas, inclusive em comunidades quilombolas, além da desvalorização da categoria trabalhadora, do não pagamento do piso, política de bonificação, educação à distância e o forte protagonismo de empresas privadas, denota o descompromisso dos governos do PT com a pauta da educação pública e de qualidade social que, aliás, no programa do PSOL se constitui prioridade.

Em relação à Saúde, o desleixo se dá na mesma intensidade, desvalorizando servidoras/es e privatizando os serviços. O atual governador, Rafael Fonteles, mantém a pretensão de aprofundar a política privatista do seu antecessor, Wellington Dias, e sem cerimonias, exalta modelos de negócios desenvolvimentistas em que privatizar, por exemplo, saúde e educação, e para seduzir a comunidade política, entrega a administração de hospitais e escolas para o setor privado, jogando na lata de lixo direitos básicos da classe trabalhadora.

Ressalte-se, a política de entrega dos hospitais e escolas à iniciativa privada, passando por cima dos Conselho Estaduais e dos Movimentos Sociais, é uma forma escancarada de nos tirar o direito de acesso à educação e à saúde, universal, gratuita, e de qualidade, quando precisamos do SUS 100% público, e educação pública com forte investimento, capaz de reverter os retrocessos ideológicos do último período bolsonarista.

Ao invés de ampliação de investimentos, melhores condições de trabalho e atendimento, criação de mais escolas e unidades de saúde, ampliando a promoção de concursos e valorização salarial, o governo age completamente ao contrário.

Nessa mesma linha de engodo e perversidade, a previdência estadual foi objeto de reforma semelhante à feita pelo governo Bolsonaro, e piora ao taxar aposentadas/os a partir de um salário mínimo, o que leva as categorias do serviço público, no mínimo, à condição de desvalor e, no máximo, à miséria. Repudiamos as recentes falas do diretor do HU sobre a categoria dos servidores públicos.

A política tributária é focada em atrair capital estrangeiro. Sabe-se que, de regra, tal investimento se dá na forma de mega-empreendimentos. Esses aplicados em grandes

indústrias energéticas tendem a não beneficiar as comunidades. Todas as políticas voltadas para o grande capital e esmagam, pela negligência ou concorrência, trabalhadoras/es, pequenas/os produtoras/es e empreendedoras/es locais.

O endividamento público cresce sem qualquer controle ou participação social, apenas justificado pela capacidade de endividamento do Estado, mas sem o mínimo de transparência na aplicação desses empréstimos, que são colocados como prioridades na ordem de despesa, não havendo contrapartida social. Ao contrário, total obediência ao ajuste fiscal.

Não há o compromisso político que possa integrar a reforma urbana na economia local, com aparatos públicos de saneamento e acesso à água, lazer, cultura, saúde e educação para garantir o direito à moradia digna, com acesso a produtos e serviços e com zero tolerância aos despejos e deslocamentos violentos perpetrados pelo Estado.

Na área da cultura faz-se urgente a democratização e transparência no que se refere distribuição dos recursos oriundos do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura – SIEC, bem como a ampliação de sua abrangência, contemplando novos sujeitos, garantindo efetivamente a inclusão na política cultural piauiense dos diversos coletivos sócioraciais historicamente discriminados, através de editais específicos.

O Piauí tem sido destaque nacional, em números e em barbaridade dos crimes de violência contra a mulher. Casos de feminicídio, estupro de vulnerável, que, aliás, aumentou exponencialmente. Violência contra mulheres marcam o noticiário todos os dias, situação que precisa de políticas públicas para serem contidas.

Não existe proteção aos direitos reprodutivos, pelo contrário, crianças são obrigadas a parir com autorização do Estado, que não garante o aborto legal, seguro e gratuito, como instrumento de enfrentamento ao sistema patriarcal e a imposição do trabalho de reprodução social às mulheres.

Também não existe política efetiva de combate às violências ideológicas ou estruturais, como machismo, racismo, LGBTfobia, etarismo, intolerância religiosa, capacitismo, que devem ser combatidos especialmente pelo Estado, como respostas às lutas sociais.

A classe trabalhadora como um todo, vem sofrendo profundos ataques, que potencializados pelas transformações do mundo do trabalho, intensificados pelas novas tecnologias, determinam a retirada de direitos e precarizam as relações de trabalho, resultando no emprego precarizado e sem direitos, a exemplo de trabalhadoras e trabalhadores em aplicativos e aprofunda o desemprego.

A maioria da classe trabalhadora empobrecida e que está no centro dos processos de genocídio e precarização das condições de trabalho e vida, é negra, que no Piauí, representa cerca de 80% da população, portanto, os sujeitos dessa categoria devem ser os principais destinatários de políticas sociais.

Há total desrespeito às nossas águas e rios, na construção de soluções alternativas de energia elétrica, festas para fornecer concessões às multinacionais, que ficam livres para explorar fontes de energia renováveis de forma predatória, desconsiderando as pessoas, tornando tais fontes quase tão ruins quanto as fósseis. Para ser limpa, a produção da energia solar/eólica precisa cuidar das pessoas e comunidades locais, que devem ter, prioritariamente, acesso ao consumo de energia.

Em suma: no que se refere à política de reivindicações sociais, reforma agrária ou atendimento às comunidades tradicionais, o governo do Piauí continua a serviço do Capital, por conseguinte, descomprometido com a efetividade dos direitos sociais fundamentais, inscritos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988; dos povos originários, 231/232 e artigo 68 da ADCT. Esse que, por sua vez, impõe reconhecimento do direito de propriedade às comunidades quilombolas.

Portanto, para defender o Bem Viver no Piauí, o PSOL deve partir do esforço em (Com)um para a caminhada no sentido da realização da justiça social, mediante a superação da pobreza e afirmação da Dignidade Humana. Isso não é sonho, nem utopia, é Direito, pois que, expressamente, inscrito no Pacto de Nação de 1988, nos seus artigos 1° e 3°.

Todas as pessoas nacionais são autoras e devedoras desse Pacto, então a estrutura estatal que tende a favorecer, exclusivamente, os ricos e grandes empresários, mediante política tributária não progressiva é injusta com a maioria dos sujeitos constitucionais, contraria tal Pacto.

## Um partido democrático, enraizado nas lutas e capaz de responder aos ataques dos de cima.

Ciente de que o PSOL é um instrumento de mobilização, luta e organização, é necessário desenvolver os pontos prioritários da intervenção política do partido no Estado e nas cidades. Nessa linha, o desafio é construir/fomentar a mobilização popular na luta por implementação de políticas públicas, defender medidas e ações que possam atuar tanto por dentro quanto por fora do Estado.

Para isso, devemos enfrentar os desafios que o PSOL vive desde a sua fundação, sejam institucionais, organizativos, de mobilização ou funcionamento.

O fundo partidário estatal é uma conquista da Classe Trabalhadora, justamente para garantir que os partidos de esquerda tenham uma estrutura mínima para se contrapor aos privilégios dos partidos da ordem.

Fazer a luta e construir nosso partido até aqui não tem sido fácil. O PSOL PI sofre constantemente suspensão do seu fundo partidário, somadas a dificuldades de ter e manter uma sede própria e ainda a limitação das atividades partidárias, devido a conjuntura capitalista, revelando um trabalho extra e contínuo para sua militância.

Com ajuda do fundo eleitoral nas últimas eleições e do fundo partidário nos últimos anos, essa situação foi resolvida parcialmente, permitindo voltar a ter uma sede com uma mínima estrutura de funcionamento e atuação política. O desafio do próximo período é manter a sede funcionando a serviço de um projeto político coletivo, respeitando a democracia, transparência e respeito às divergências internas.

Ainda não conseguimos uma organização ideal, com participação mais ativa e protagonista nas lutas e manifestação de rua, mas sabemos que a ampliação da nossa atuação enquanto classe trabalhadora piauiense e o enraizamento do partido junto aos movimentos sociais e setores populares/estudantis/sociais precisa ser enxergado como tarefa e como processo. Para tal, a "democracia interna" deve ir além de um mero discurso e se tornar práxis do partido. A dinâmica de construção partidária baseada nas correntes do partido não pode ser instrumento de conformação de maiorias que atropelem o processo interno do partido para implementar suas decisões.

Urge a necessidade de um calendário periódico para o funcionamento regular das instâncias e espaços de debate coletivo, participativo e aberto, com representantes das diversas correntes e militantes independentes, que seja de fato cumprido e de ciência do conjunto do partido. Atividades ordinárias devem, além de debater as demandas imediatas e/ou organizativas do PSOL, realizar debates e leituras de conjuntura estadual permanentes, avaliação de posicionamentos, na formulação e orientação da atuação partidária nas mais diversas frentes que compomos.

O PSOL possui potencial militante enorme, grande contingente de pessoas jovens, trabalhadoras/es da saúde, educação, servidoras/es municipais, estaduais, federais, militantes sindicais, dirigentes políticos históricos e novas lideranças filiadas, além de outras e outros que virão.

O enraizamento e crescimento do partido no próximo período dependem do empenho de todas e todos. É tarefa das novas direções partidárias criar e manter vivas direções, diretórios municipais, estadual, setoriais e núcleos partidários. Temos o desafio de criar os primeiros núcleos territoriais do partido em Teresina e demais municípios, objetivando potencializar o trabalho de base e a construção militante.

O partido não pode se organizar no Estado apenas em períodos eleitorais ou congressuais. O atual modelo de congresso e a ferrenha disputa por aparato transforma filiades em crachás e não em militantes. Temos municípios com um número de filiades que destoa completamente da efetiva participação do partido nas discussões políticas. Isso se dá, em parte, por um processo de filiações sem critérios nítidos, que serve somente a uma disputa pelo aparelho e pode levar o PSOL a se tornar um partido de donos, se assemelhando a partidos tradicionais.

Defendemos o fim desta lógica. Para isso, propomos o funcionamento permanente das instâncias de decisão e constantes debates internos e públicos, que expressem e respeitem a diversidade partidária, bem como o acompanhamento e o estímulo à participação dos diretórios de todos os municípios do Estado, para além da capital, realizando atividades permanentes de formação política e acompanhamento de novas/os filiades.

Assim, podemos nos fortalecer na luta contra o feminicídio, contra o assassinato de pessoas trans, negras etc. Reivindicar políticas afirmativas e reparatórias, por melhores condições de existência.

Defender que os povos definam políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, que garantam o direito à alimentação para toda a população.

Fortalecer a luta por um Piauí democrático, não privatista, que implemente a reforma agrária, com crédito acessível e seguro, assentamentos dotados de infraestrutura, construindo novas formas de se relacionar com a natureza e de organizar a produção a partir do aprendizado com as lutas e os povos do campo e na cidade.

Lutar pelo o Piauí para o Bem Viver requer organização, mobilização, participação e muito compromisso com a construção do PSOL como partido de massas, organizado nas bases.

## ASSINAM ESSA TESE

Abenoniza Maria Moura
Adriana Lima Vieira
Áilla Michaelli Mendes Rodrigues
Airton Costa De Sousa
Alana Gilmara Sousa Freitas
Alberto Luiz Freitas Monção
Aldir Silva Sousa
Alice Maria Almeida E Sá

Aline Da Silva Campos
Almi Pereira Da Rocha
Amanda Da Silva Feitosa
Ana Clara Damasceno Soares
Ana Clara Nascimento Oliveira
Ana Clara Porfiro Da Silva
Ana Gabriela Pereira Moura Leite
Ana Helena Torres Monteiro

Esther Alexandra Lima Ana Letícia Rêgo Bastos Ana Moreira Brito Eurinete Moraes De Sousa Ana Rayla Gonçalves Da Silva Evaldo Oliveira Evangelista

Anderson Danrley Dos Santos Alves Felipe Da Cunha Lopes

Antônio Braz Ribeiro Neto Fernando Ferreira Dos Santos Bruna Letícia Viera Da Silva Filomena Aragão Reis

Bruna Maykessuelem Azevedo Ferreira Flaviane De Deus Da Costa Franciele Fernandes Dos Santos Bruna Stéfanni Soares De Araújo

Bruno Alef Da Silva Francinete Da Silva Sousa

Bruno Bandeira De Vasconcelos Francisca Das Chagas De Oliveira Sousa

Bruno Lael Sousa Xavier Francisca Das Chagas Nunes Francisca Ferreira Lima Candida Alves Araujo Carla Tamires De Moura Cruz Francisca Pereira Da Silva

Carlos Domingos De Sousa Leal Francisca Valéria Neves Moraes De Sousa Carlos Eduardo Da Conceicao Francisco Antonio Pereira Dos Santos

Cassandra Maria Mendes De Oliveira Filho

Célia Maria Soares Da Paixão Gomes Francisco Carlos Oliveira

Clarissa Flávia Santos Araújo Francisco Gualberto Das Chagas Junior

Claudio Teofilo Marques (Cláudio Do Francisco José Nacimento Gama

Francisco Lima Dos Santos Quilombo) Francisco Lopes Da Silva Filho Cleonice Nascimento De Souza

Clodoaldo Cipriano Loureiro De Sousa Francisco Waldílio Da Silva Sousa

Francisco Williams De Assis Soares Araujo

Clodomir Alves Do Nascimento Gonçalves Cyntia Raquel Da Costa Falção Gabrielly Kayane Damasceno De Sousa

Daiza Gomes De Sousa Mello George Magno Carvalho Cardoso Dante Gomes Galvão Gilvan Oliveira Da Silva

Deborah De Oliveira Falconete Gisvaldo Oliveira Da Silva Deusantina María Ribeiro De Sousa Gleidson Pereira Da Silva

Gustavo Leite De Souza (Tina) Diana Nunes De Moura Cavalcante Hebert Luiz Silva Morais

Diego Silva De Sousa Helane Karoline Tavares Gomes

Diogenes Kawan Lima Damasceno Helbia Maria Bona Sousa Domingos Gomes Da Silva Neto Helio Vinicius Mesquita Silva

Douglas Da Cruz Nascimento Hercules Samuel Nascimento Gomes Edna Betanha Das Gracas Almeida Hildebrando Wigner Da Cruz Pires

Eliana Lima Dos Santos Hudson Valente De Barros Alexandre

Eliane Ferreira Leão Pereira

Elizabete Lima Dos Santos Iane De Sousa Marinho

Icaro Rodolfo Cordeiro Amorim Da Silva Elizangela Pessoa De Sousa

Emerson Sammuel Santos Araújo Idalina De Oliveira Sousa

Erica De Oliveira Nascimento Isabela Brito Lima

Ismael Alves De Carvalho Erisvaldo Rodrigues Da Silva Esley Delano Lima Dos Santos Isolda Benício Gonçalves

James De Sena Pereira

Jamylle Micaele De Lima Pereira

Janaina Lustosa Costa Janete Cezar Ribeiro

Jefferson Snard Soares Santana Maria Do Socorro Pinto Almeida Jessica Adryanne Costa Silva Maria Do Socorro Santana De Sousa

Joao Batista Rodrigues Da Silva Maria Dos Remedios

João Paulo Ferreira Da Silva Maria Dos Remedios Da Silva Araujo João Vitor Alves De Almeida Maria Gabryella Da Costa Falcao Martins

Maria Bueno De Sousa

Maria De Fatima Carlos

Maria Carolinne Dos Santos Silva

Maria Cecília Nunes Coelho

Jonas Rodrigues De Moraes Maria Jeanete Fortes Silva José De Ribamar Gomes De Castro Maria Lucia De Oliveira Sousa

Jose Romualdo lopes de sousa Maria Madalena Nunes José Valdo De Sousa Lima Maria Pastora De Moraes Silva

Josias Da Silva Carvalho

Josimar Angélico De Carvalho

Karla Emilly Alves Luz

Kecio Bruno Moura Da Silva

Mariana Pereira Soares

Mariana Soares Gomes

Mariana Alves Alvarenga

Kerlon Sales Da Silva Mariane Alves Alvarenga Lara Elisabeth Costa Carvalho Marineide Lins De Albuquerque Leoneide Lima Do Vale Evangelista Marisa Letícia Nunes De Moura

Leticia Pereira Lima Marli Conceição

Leticia Rebeca Soares Melo Marta Ravenna Da Conceicao E Souza Lianara Da Paixao Rabelo Matheus Asmassallan De Souza Ferreira

Lianna Nunes De Moura Mayrton De Moura Calado Lizandro Silva De Assis Milena Dos Anjos Sousa

Luana Ingride De Freitas Gomes Natasha Karenina De Sousa Rego

Luara Dias Silva Nilo Coêlho Junior

Luciana Maria Dos Santos

Lucineide Barros Medeiros

Lusiene Candido Barroso

Luzirene Martins Bezerra

Osaine Oliveira Santos

Pablo Josué Carvalho Silva

Patrick Miranda Da Silva

Paula Beatriz De Sousa Vieira

Mara Lígia De Miranda Santos

Pericles Pereira Lima

Marcelo Porto Moreira Pétala Medeiros Leite Marcelo Raimundo De Souza Filho Rafael Brito Pamplona

Marcelo Rodrigues Soares Rafael Bruno Ferreira Silva

Marcia Cristina Nascimento Costa Rafael Silva Da Costa

Carvalho Rafaela Aragão Reis

Marcília Rodrigues Da Silva – Chitara Raimunda Ferreira Gomes Coelho Marcília Rodrigues De Sousa – Chitara Raimundo De Sousa Oliveira

Márcio Douglas De Carvalho E Silva Raimundo Gutemberg De Oliveira Neto

Marcos Vinicio De Santana Pereira

Raimundo Nonato Nunes

Marcus Vinicius Carvalho Da Silva Sousa Raimundo Xavier Neto
Maria Aires Chaves Renato Da Paixao

Maria Antonia Da Silva Vieira Ricardo Brasilino Saraiva

Rodolfo Lopes Ferreira Junior Roger Marinho Castelo Branco

Rudá Araujo Oliveira

Samara Barros Lima Farias Samily Reis Dos Santos

Sammia Micássia Barros Lima Samuel Pinto Almeida Mota

Sidney Alves Gomes

Sarah Fontenelle Santos

Silvania Cristina De Sousa

Sorainy De Oliveira Mangueira

Sulamita De Sousa Torres Suzete Gramoza Vilarinho Talita Semirames Lima Tays Cristina Lima Da Silva

Temis Maria Oliveira Patrocínio

Teresa Cristina Dos Santos Costa Silva

Teresa Cristina Vieira De Carvalho

Terezinha Lima Dos Santos

Thalita Caroline Dos Santos Correia

Thi Cruz Dos Santos Thiago Barroso Da Silva

Thiago Barroso Da Silva - Picos Thiago Martins Vaz De Sousa Valdeburg Barros Dos Santos

Valdir De Sousa (Kina)

Victor Nascimento Costa Carvalho

Victória Oliveira Pitta Alves De Amorim

Wallas Cruz Rodrigues Da Silva

Wanderson William Fidalgo De Sousa

Wellington De Oliveira Silva Williame Santana Dos Santos Wilma Maria De Carvalho Silva

Wladimy Lima Da Silva Wladimy Lima Silva Yasmin Silva De Assis

Yhasnaia Samya Da Silva Araujo Zilton Vicente Duarte Júnior